



Capacitar as empresas para recuperar o País



Manuel Reis Campos
Presidente da CPCI e da AICCOPN

Apresentado e debatido o documento elaborado pelo Prof. António Costa Silva, o Governo iniciou agora a definição daquele que será o Programa de Recuperação e Resiliência, começando já a surgir os primeiros números e algumas linhas orientadoras. Este é um processo que sempre entendemos determinante, e que deve reunir um consenso alargado na sociedade, mas não é a única tarefa prioritária que o País tem em mãos. É indiscutível a importância deste Programa e a concretização dos investimentos estruturantes que estão no cerne da própria estratégia europeia de combate à crise. Mas é igualmente crítica a capacitação das nossas empresas e a qualificação da mão-de-obra, para que se possa materializar todo o potencial destes investimentos na economia portuguesa, no tecido empresarial nacional e no emprego.

Sabemos de antemão que este plano terá, necessariamente, um grande enfoque em domínios que já foram identificados pela Comissão Europeia como a rede de infraestruturas, a competitividade e a coesão territorial, a transição climática e a transição digital. Portugal deve canalizar recursos para as áreas que vão marcar o nosso futuro e para as quais as nossas empresas se podem posicionar de forma competitiva. Tornar as nossas infraestruturas mais fortes e resilientes, adaptar os nossos edifícios a novas exigências como o “touch-free”, a segurança e a qualidade do ar, assegurar uma resposta adequada em domínios como a habitação, são alguns dos desafios mais imediatos. Mas as exigências de um mundo cada vez mais digital, a Construção 4.0, a sustentabilidade, a mobilidade urbana,

as Smart Grids, a conectividade em infraestruturas públicas (Segurança pública, gestão de trânsito, etc.), a eficiência energética e o combate às alterações climáticas, igualmente têm de integrar este caminho.

Preparar, desde já, as empresas portuguesas do Setor para se poderem posicionar perante estas oportunidades e garantir uma reorientação de todo o nosso sistema de Formação Profissional para criar a oferta das qualificações que o tecido empresarial vai necessitar e reorientar os recursos humanos excedentários das atividades que estão a sofrer mais intensamente com a crise económica, são matérias críticas e que precisam de ações imediatas.

O apoio ao investimento e reconversão das empresas, a disponibilização de instrumentos de financiamento adequados e o recenrar da atuação dos dois centros de formação de excelência do Setor, o CICCOPN e o CENFIC, privilegiando a formação profissional nas áreas técnicas e especializadas da construção, são alguns exemplos de medidas concretas que devem ser postas em prática e estar atempadamente em pleno funcionamento, para que o Programa de Recuperação e Resiliência seja, antes de mais, um instrumento dinamizador da capacidade produtiva nacional.

As empresas portuguesas têm de poder competir, em condições de igualdade face à concorrência externa porque, só assim será possível dinamizar a economia e, simultaneamente, fomentar a necessária coesão social e territorial, alavancando atividades como a Construção e o Imobiliário, as quais permitem capitalizar o enorme potencial de todo o País.

Portugal deve canalizar recursos para as áreas que vão marcar o nosso futuro e para as quais as nossas empresas se podem posicionar de forma competitiva

